

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

1. CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE E EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Por escritura, a dezasseis de janeiro de dois mil e três, foi constituída a sociedade comercial “Empreendimento Eólico de Viade, S.A.”, com o objeto de promoção e desenvolvimento de projetos de implantação, gestão e exploração de unidades de produção de energias renováveis e atividades conexas, com o capital social de cinco mil Euros.

Durante o exercício de 2007, a Finerge – Gestão de Projetos Energéticos, S.A., alienou 20% do capital da sociedade aos Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.

Em 2013, em cumprimento de alteração legislativa, foi efetuada uma cessão gratuita da quota dos Empreendimentos Hidrelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A., aos Municípios de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar, em regime de contitularidade, correspondendo a cada um deles um sexto indiviso dos 20% do capital da sociedade. A estrutura acionista passou a estar representada da seguinte forma:

New Finerge, S.A.	80%
Município de Boticas	3,33%
Município de Chaves	3,33%
Município de Montalegre	3,33%
Município de Ribeira de Pena	3,33%
Município de Valpaços	3,33%
Município de Vila Pouca de Aguiar	3,33%

Em 2017 foi fusionada a sociedade Finerge – Gestão de Projetos Energéticos, S.A. por incorporação na sociedade New Finerge, SA. A fusão entre as sociedades foi realizada na modalidade de transferência global do património da Finerge – Gestão de Projetos Energéticos, S.A. para a New Finerge, SA, nos termos previstos na alínea a) do n.º4 do artigo 97.º CSC, passando esta sociedade a deter a posição maioritária no Empreendimento Eólico de Viade, Lda..

Em março de 2017 ocorreu um aumento de capital no valor de 45.010 Euros subscrito por cada sócio proporcionalmente à sua participação. O capital à data de 31 de Dezembro de 2017 ascende a 50.010 Euros.

A sociedade explora a central eólica da Aguieira, situada no Concelho de Montalegre, constituída por um aerogerador da marca Enercon modelo E-40, com uma potência unitária de 600 kW, iniciou a atividade em outubro de 2003, tendo permanecido em fase de testes e ensaios durante esse mês.

Em 2017 a central teve uma produção de 1.247 MWh, o correspondente a 2.078 horas de funcionamento e a uma faturação de 137.353 Euros (praticamente idêntica a 2016). O resultado operacional ascendeu a 62.556 Euros e o resultado líquido apurado foi de 48.463 Euros (diminuição de 1,5% face a 2016).

Na sequência da aprovação da candidatura à Medida 2.5 do POE obtida em setembro de 2003, a sociedade encontra-se a reconhecer o subsídio não reembolsável de 264.000 Euros ao longo dos 20 anos do projeto.

Em outubro de 2016 a Secretaria de Estado da Energia publicou a Portaria 268-B/2016, cujo objetivo seria ordenar à DGEG para identificar os centros electroprodutores que, de forma não prevista, nem condizente com o cálculo económico da referida remuneração, beneficiam de remunerações garantidas pelo fornecimento de energia elétrica e receberam, cumulativamente, apoios públicos à promoção e ao desenvolvimento das energias renováveis. O objetivo seria corrigir os designados valores em excesso a favor do SEN. Neste sentido, a sociedade foi notificada pela DGEG a prestar esclarecimentos e posteriormente informada do final do processo de avaliação.

Através da anterior sócia Finerge, S.A., foram solicitados pareceres jurídicos que atestam a legitimidade dos incentivos ao investimento, concedidos no âmbito do POE e acima de tudo, demonstram as muitas inconformidades da Portaria, quer ao nível processual quer ao nível das razões evocadas. Reforçando o referido, a Portaria foi entretanto revogada e substituída, a 16 de fevereiro de 2017 por um novo diploma a Portaria 69/2017.

Dadas as incertezas existentes não é possível determinar ao dia de hoje o potencial impacto que a portaria terá nas demonstrações financeiras da Empresa.

2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Não se prevê qualquer alteração à atividade da sociedade.

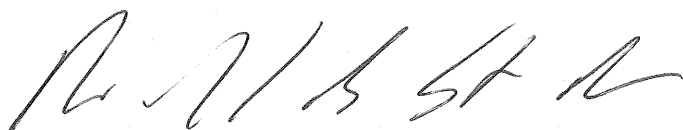
3. APLICAÇÃO DO RESULTADO

O resultado líquido apurado foi de 48.462,66 Euros (quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois Euros e sessenta e seis cêntimos), o qual propomos que seja distribuído da seguinte forma:

- Reservas Legais: 2.500,00 Euros
- Resultados Transitados: 45.962,66 Euros

Porto, 13 de março de 2018

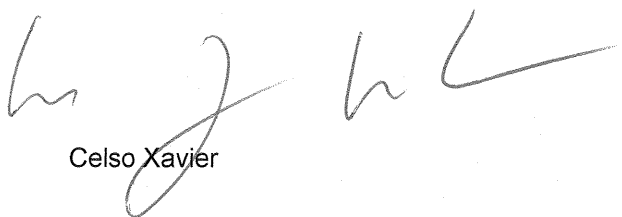
A Administração,



Rui Neves



Francisco Tunico

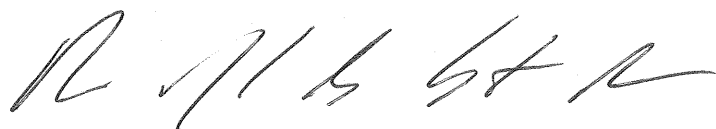


Celso Xavier

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que os membros dos órgãos sociais da sociedade não detêm ações da sociedade.

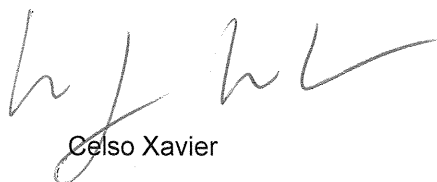
A Administração,



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Balanço em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	232 786	272 331
Ativos intangíveis	6	61 492	68 034
Ativos por impostos diferidos	7	4 190	3 802
Total do ativo não corrente		298 468	344 167
ATIVO CORRENTE:			
Outros créditos a receber	8	17 742	9 140
Diferimentos	9	2 480	2 433
Caixa e depósitos bancários	4 e 8	69 550	79 365
Total do ativo corrente		89 773	90 937
Total do ativo		388 241	435 104
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	10	50 010	5 000
Outros instrumentos de capital próprio	10	150 000	150 000
Reservas legais	10	2 500	2 500
Resultados transitados	10	-	73 764
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	10 e 22	62 432	72 969
		264 942	304 233
Resultado líquido do período		48 463	49 219
Total do capital próprio		313 405	353 453
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	11	25 142	24 723
Outras dívidas a pagar	13	24 064	29 598
Total do passivo não corrente		49 206	54 322
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12 e 21	6 396	7 361
Estado e outros entes públicos	14	1 314	2 384
Outras dívidas a pagar	13 e 21	17 920	17 585
Total do passivo corrente		25 630	27 330
Total do passivo		74 836	81 651
Total do capital próprio e do passivo		388 241	435 104

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

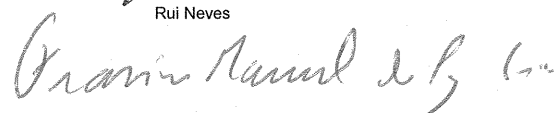


Sérgio Abreu, n.º 64.683

A Administração



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	15	137 353	137 736
Fornecimentos e serviços externos	16 e 21	(37 773)	(33 821)
Outros rendimentos	18	13 597	13 924
Outros gastos	19 e 21	(4 534)	(8 248)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		108 643	109 592
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 17	(46 086)	(46 086)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		62 556	63 505
Juros e gastos similares suportados	20	(436)	(460)
Resultado antes de impostos		62 121	63 045
Imposto sobre o rendimento do período	7	(13 658)	(13 826)
Resultado líquido do período		48 463	49 219
Resultado por ação básico / diluído		0,97	-

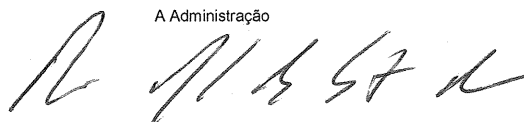
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do período em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

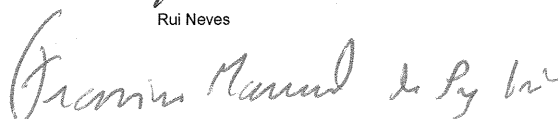


Sérgio Abreu, n.º 64.683

A Administração



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2016 (Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	10	5.000	150.000	2.500	132.000	49.756	422.771
Alterações no período:							
Aplicação do resultado de 2015	-	-	-	49.756	-	(49.756)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:							
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	-	-	-	-	(10.537)	-	(10.537)
Resultado líquido do período				49.756	(10.537)	(49.756)	(10.537)
Resultado Integral							
Operações com detentores de capital no período						49.219	49.219
Distribuições						49.219	38.682
Posição no fim do período 2016	10	5.000	150.000	2.500	73.764	49.219	353.453

Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2017 (Montantes expressos em euros)

Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017	10	5.000	150.000	73.764	172.969	49.219	353.453
Alterações no período:							
Aplicação do resultado de 2016 (a)	-	-	-	49.219	-	(49.219)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:							
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	-	-	-	-	(10.537)	-	(10.537)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:							
Variações de resultados participadas	45.010	-	-	(45.010)	-	-	-
Outras variações	45.010	-	-	4.203	(10.537)	(49.219)	(10.537)
Resultado líquido do período				4.203	(10.537)	(49.219)	(10.537)
Resultado Integral							
Operações com detentores de capital no período						48.463	48.463
Distribuições						48.463	37.925
Posição no fim do período 2017	10	50.010	150.000	2.500	62.432	48.463	313.405

(a) Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 06 de Março de 2017, foi deliberado que o resultado líquido referente ao período de 2016 fosse aplicado em resultados transitados.

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

Sérgio Abreu, n.º 64.683

A Administração

Rui Neves

Francisco Tunico

Celso Xavier

EMPREENHIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		158 363	174 387
Pagamentos a fornecedores		(47 727)	(49 918)
Caixa gerada pelas operações		110 635	124 469
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(14 282)	(14 421)
Outros recebimentos / pagamentos		(27 700)	(31 983)
Fluxos das atividades operacionais [1]		68 653	78 065
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		(3 644)	(3 620)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		(3 644)	(3 620)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(125)	(108)
Dividendos		(74 698)	(103 464)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]		(74 824)	(103 572)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(9 814)	(29 127)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	79 365	108 491
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	69 550	79 365
Anexo à demonstração dos fluxos de caixa			
Numerário		2017	2016
Depósitos à ordem		69 550	79 365
Outros depósitos bancários		-	-
		69 550	79 365

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

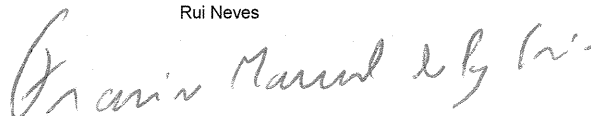


Sérgio Abreu, n.º 64.683

A Administração



Rui Neves



Francisco Tunico



Celso Xavier

EMPREENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Empreendimento Eólico de Viade, S.A. é uma sociedade por anónima, com sede no Porto, constituída em 16 de janeiro de 2003, com o objeto social de promoção e desenvolvimento de projetos de implantação, gestão e exploração de unidades de produção de energias renováveis e atividades conexas.

A Empresa é uma subsidiária da New Finerge, S.A., detentora de uma participação de 80%, e dos Municípios de Boticas, de Chaves, de Montalegre, de Ribeira de Pena, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar, os quais detêm, respetivamente, um sexto indiviso de uma participação de 20%.

A Empresa explora o Parque Eólico da Aguieira, localizado em Montalegre, com uma potência instalada de 600 kW.

Durante o ano de 2017, a sociedade Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A., anterior detentora de 80% do capital da Empresa, foi fundida por incorporação na sociedade New Finerge, S.A., nos termos previstos no competente projeto de fusão elaborado pelos Conselhos de Administração das sociedades. A fusão entre as sociedades foi realizada na modalidade de transferência global do património da Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. para a New Finerge, S.A., nos termos previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º CSC.

A Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro 2017.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, no dia 13 de março de 2018, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.



EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

3.2 Alterações de políticas contabilísticas

3.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.2.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Não existem alterações às normas.

3.3 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Atualmente, a empresa beneficia de um regime remuneratório que regula a venda de energia à rede pública e que se encontra previsto nos Decretos-Lei nº 189/88 (na redação aplicável antes da data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 33-A/2005) e nº 339-C/2001. Tal regime remuneratório é usualmente designado por tarifa garantida. Pelo Decreto-Lei nº 33-A/2005 (artigo 4º, nº 3, alínea c)) é definido o prazo de vigência dessa tarifa garantida por 15 anos a contar da data da respetiva licença de exploração. Nos termos do artigo 4º, nº 4 do citado diploma, no final do período de 15 anos, as instalações passariam a ser remuneradas pelo fornecimento de eletricidade entregue à rede a preços de mercado e pelas receitas obtidas pela venda de certificados verdes. No caso de não existirem certificados verdes transacionáveis no final do período de tarifa garantida, aplicar-se-ia, durante um período adicional de cinco anos, a tarifa referente às centrais renováveis com início de exploração nessa data.

O Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de fevereiro, veio introduzir uma modificação no regime remuneratório após o período de tarifa garantida, através da possibilidade de opção por um de quatro regimes remuneratórios alternativos ao regime anteriormente indicado, para vigorar após o termo dos períodos

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

iniciais de remuneração garantida atualmente em curso. Todavia, o acesso a estes regimes alternativos encontra-se condicionado pelo pagamento de uma compensação ao Sistema Elétrico Nacional (SEN), durante oito anos, ou seja, de 2013 até 2020. A Empresa exerceu a sua opção por um dos regimes remuneratórios alternativos que vigorará por um período de 5 anos.

De acordo com o normativo contabilístico em vigor, a empresa reconheceu um Ativo Intangível em Curso no montante do valor descontado do total de pagamentos a efetuar até 31 de dezembro de 2020. Este ativo permanecerá em curso até à entrada em vigor do regime remuneratório alternativo.

Os investimentos realizados na construção de ramais, postes de corte e subestações ou outras infraestruturas necessárias, caso aplicável, reverterem gratuitamente para entidades externas à Empresa (como a Rede Elétrica Nacional ou o Estado). Após a sua entrega, a Empresa perde o controlo sobre tais investimentos, mas mantém o acesso aos mesmos, uma vez que estes são indispensáveis ao funcionamento da central. Esses dispêndios são contabilizados como ativos intangíveis, os quais se encontram a ser reconhecidos pelo período de 20 anos tal como o ativo tangível relativo às centrais eólicas.

3.3.1 Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida esperada e são as seguintes:

Classe de bens	Taxa depreciação 2017	Taxa depreciação 2016
Equipamento básico	5,76	5,76

As vidas úteis, o método de depreciação dos vários bens e o valor residual são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

O valor residual estimado dos ativos é nulo pois dado a especificidade do equipamento e a sua utilização, não existem expectativas de valorização comercial para além do projeto.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizados no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu período de vida útil, se inferior.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

3.3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Taxa amortização 2017	Taxa amortização 2016
Outros ativos intangíveis	5,50	5,50

As vidas úteis, o método de amortização dos vários ativos intangíveis e o valor residual, são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos no ponto 3.7 sendo subsequentemente mensurados da seguinte forma:

- Clientes c/c – ao custo menos imparidade;
- Cliente títulos a receber – ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios descritos no ponto (iii).

b) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizados da seguinte forma:

- Adiantamentos a fornecedores de investimento – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos – ao custo menos imparidade;
- Outros devedores – ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios descritos no ponto (iii).

c) Caixa e depósitos bancários

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, além de caixa e bancos, também:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos do balanço;
- Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica “Ativos Não Correntes Detidos Para Venda”.

d) Fornecedores

Os saldos de fornecedores são reconhecidos inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

e) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimento estão mensurados ao custo.

As restantes dívidas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registado em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2017 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

A evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não considerariam;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de riscos de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito somente é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido, e desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Impostos diferidos ativos – são reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.
Tendo em conta o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis e as estratégias de planeamento fiscal futuro;
- Impostos diferidos passivos – são reconhecidos impostos diferidos passivos para todas as diferenças temporárias tributáveis;
- Provisões – o reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes fatores muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes;
- A vida útil das centrais eólicas está em linha com as indicações do tecnólogo e com as práticas atuais do sector.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

- **Provisão para desmantelamento e restauro**

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos;
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa encontra-se sujeita ao imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 21% acrescida no máximo de Derrama a 1,5%, de acordo com o Art.º 14º da Lei das Finanças Local.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 69.º do código do IRC. Assim, o resultado fiscal da Empresa concorre para a matéria coletável da entidade dominante New Finerge, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Empresa e a conta a pagar ao Estado esteja refletida na sociedade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão (2013 a 2017 no caso de inspeções relativas a Segurança Social).

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2017 e em 2016.

Não existem situações que afetem de forma significativa os impostos futuros, nem existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração dos impostos diferidos é efetuada com base no disposto nos parágrafos § 46 a 56 da IAS e 12/§ 44 a 50 da NCRF 25, nomeadamente, que as taxas a utilizar devem ser as taxas que se espera que estejam em vigor quando o ativo for realizado/passivo for liquidado, isto é, na data em que os impostos terão que ser revertidos.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

11/28

3.10 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Esta rubrica inclui provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação e a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.12 Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e podem incluir:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco da taxa de juro (SWAP).

Os custos financeiros de financiamento obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida com o final da produção ou da construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Os custos financeiros capitalizados incluem:

- Custos com financiamentos especificamente contraídos para financiar os ativos em construção ou em desenvolvimento deduzidos de quaisquer proveitos financeiros relacionados gerados por financiamento obtidos antecipadamente;
- Custos com financiamento contratados para financiar diversas atividades, incluindo ativos em construção ou em desenvolvimento, os quais são calculados pela aplicação de uma taxa média do custo destes financiamentos ao valor acumulado dos investimentos que se encontram em construção (relativamente à componente para a qual não exista financiamento específico), deduzido dos subsídios ao investimento recebidos a fundo perdido.

3.13 Especialização de Exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*"adjusting events"* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*"non adjusting events"* ou

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	69 550	79 365
Caixa e depósitos bancários no Balanço	69 550	79 365
Caixa e equivalentes de caixa na Dem. Fluxos de caixa	69 550	79 365

O montante de numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis no Balanço a 31 de dezembro de 2017 é igual ao montante de caixa e equivalentes de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Mais se informa que a Empresa considera os juros recebidos e suportados como "Fluxos de caixa das atividades de financiamento".

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo histórico, com exceção do valor estimado como gastos de desmantelamento dos equipamentos do parque eólico.

As depreciações do equipamento básico são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com a vida útil estimada: 20 anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

		2017				
		Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos						
Equipamento básico		686 145	-	-	-	686 145
		686 145	-	-	-	686 145
		Saldo inicial	Amortizações / Depreciações e imparidades	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Equipamento básico		413 814	39 545	-	-	453 359
		413 814	39 545	-	-	453 359
Ativos líquidos		272 331	-	-	-	232 786

		2016				
		Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos						
Equipamento básico		686 145	-	-	-	686 145
		686 145	-	-	-	686 145
		Saldo inicial	Amortizações / Depreciações e imparidades	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Equipamento básico		374 269	39 545	-	-	413 814
		374 269	39 545	-	-	413 814
Ativos líquidos		311 877	-	-	-	272 331

Relativamente aos gastos relacionados com o desmantelamento dos equipamentos dos parques eólicos, registados em equipamento básico, a Empresa reconheceu no exercício gastos de atualização financeira de 418 Euros (Nota 11) e depreciações de 1.304 Euros. Esta situação gera uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e fiscal tendo sido registado imposto diferido ativo de 388 Euros (Nota 7).

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Outros ativos intangíveis	118 996	-	-	-	118 996
Ativos intangíveis em curso	22 790	-	-	-	22 790
	141 787	-	-	-	141 787
		Amortizações / Depreciações e imparidades	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Outros ativos intangíveis	73 753	6 541	-	-	80 294
	73 753	6 541	-	-	80 294
Ativos líquidos	68 034	-	-	-	61 492

	2016				
	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Ativos					
Outros ativos intangíveis	118 996	-	-	-	118 996
Ativos intangíveis em curso	22 790	-	-	-	22 790
	141 787	-	-	-	141 787
		Amortizações / Depreciações e imparidades	Transferências	Abates e Alienações	Saldo final
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Outros ativos intangíveis	67 212	6 541	-	-	73 753
	67 212	6 541	-	-	73 753
Ativos líquidos	74 575	-	-	-	68 034

A empresa reconheceu como ativo intangível em curso o valor de Euros 22.790, correspondente ao valor descontado do total da compensação a efetuar até 31 de dezembro de 2020, no âmbito do Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de fevereiro (Nota 3.3).

No ativo, na rubrica de "Outros ativos intangíveis", está registado o valor líquido relativo ao encargo suportado pela Empresa com a construção das infraestruturas elétricas públicas de ligação da instalação, a favor da EDP Distribuição de Energia, S.A. enquanto entidade concessionária, conforme resulta do DL nº 189/88 de 27 de maio. Estas infraestruturas de ligação são indispensáveis à injeção da energia produzida pelo promotor na rede elétrica nacional, sendo o seu custo reconhecido ao longo da vida estimada do projeto: 20 anos desde o exercício de 2015. No final do período este valor ascende a 38.702 Euros.

7 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	14.046	14.282
Imposto diferido		
Diferenças temporárias de ativos por imposto diferido	(388)	(456)
	13.658	13.826

De acordo com a Q&A nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística, publicada em 15 de abril de 2013, a consideração de impostos diferidos sobre os subsídios sofreu alterações passando a ter o entendimento de que subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis não leva ao reconhecimento de imposto diferido dado que:

- O enquadramento fiscal dos ativos com os quais o subsídio se relaciona é igual ao enquadramento fiscal deste último;
- Para efeitos fiscais o subsídio é tributado no mesmo período em que o subsídio é reconhecido em rendimento, ou seja, no momento do reconhecimento inicial não há diferença temporária tributável;
- A tributação ocorrerá em períodos subsequentes aquando do reconhecimento das amortizações do ativo relacionado, isto é, no momento do reconhecimento inicial nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal são afetados.

No entanto, dado que o subsídio é tributável, deve ser reconhecido em capitais próprios pelo seu valor líquido de imposto.

A reconciliação entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

Taxa efetiva de imposto	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	62.121	63.045	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,00%	22,00%	-	-
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	13.667	13.870	22,00%	22,00%
Diferenças temporárias tributáveis	1.723	2.028	0,61%	0,71%
Diferenças não temporárias tributáveis	-	173	-	0,1%
Diferenças não temporárias dedutíveis	-	(328)	-	(0,11%)
Lucro tributável	63.843	64.919	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,00%	22,00%	-	-
Imposto calculado	14.046	14.282	22,61%	22,65%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	(388)	(456)	(0,62%)	(0,72%)
Imposto sobre o rendimento/taxa efetiva	13.658	13.826	21,99%	21,93%

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

O pagamento subsequente de dividendos aos acionistas não altera a quantia de imposto de rendimento calculada sobre o rendimento do exercício.

O imposto sobre o rendimento contabilizado no exercício findo a 31 de dezembro de 2017 encontra-se ajustado pela contabilização dos impostos diferidos:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Decomposição das diferenças temporárias que originam Ativos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferenças à data do Balanço	Contas do balanço		Contas de demonstração dos resultados	
	2017	2016	2017	2016
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos				
1. Gastos de desmantelamento	18.621	16.899	1.723	2.028
TOTAL I	18.621	16.899	1.723	2.028
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos				
1. Subsídios ao investimento	-	-	-	-
TOTAL II	-	-	-	-
Valores refletidos nas Demonstrações Financeiras				
Ativos por impostos diferidos (Total I x taxa(s))	4.190	3.802	n.a.	n.a.
Passivo por impostos diferidos (Total II x taxa(s))	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imposto diferido do exercício (Total I e II x taxas(s))	n.a.	n.a.	388	456

8 ATIVOS FINANCEIROS**Categorias de ativos financeiros**

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhadas conforme se seguem:

Disponibilidades

	2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Depósitos bancários	69.550	-	69.550
	69.550	-	69.550
	69.550	-	69.550
	2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Depósitos bancários	79.365	-	79.365
	79.365	-	79.365
	79.365	-	79.365

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros créditos a receber			
Proveitos não faturados	17.742	-	17.742
	17.742	-	17.742
	17.742	-	17.742

	2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros créditos a receber			
Proveitos não faturados	9.140	-	9.140
	9.140	-	9.140
	9.140	-	9.140

9 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Seguros	870	858
Conservação e manutenção de equipamentos	1.610	1.575
	2.480	2.433

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

10 CAPITAL PRÓPRIO**Capital subscrito**

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, apresenta o valor de 50.010 Euros, representado por 50.010 ações ordinárias, com o valor nominal de 1 Euro.

A 31 de dezembro de 2017, o detalhe do capital apresentava-se da seguinte forma:

Nome	%	Montante
New Finerge, S.A.	80,00%	40.008
Município de Boticas	3,33%	1.667
Município de Chaves	3,33%	1.667
Município de Montalegre	3,33%	1.667
Município de Ribeira de Pena	3,33%	1.667
Município de Valpaços	3,33%	1.667
Município de Vila Pouca de Aguiar	3,33%	1.667
	100,00%	50.010

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 2.500 Euros.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados disponíveis para distribuição aos acionistas.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Empresa dispunha ainda dos seguintes instrumentos de capital:

	2017	2016
Prestações suplementares	150.000	150.000
	150.000	150.000

Esta rubrica inclui prestações suplementares efetuadas pelo acionista New Finerge, na sequência de deliberação em Assembleia Geral. De acordo com o Regime das Prestações Suplementares, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso, o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital Social e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

Outras variações nos capitais próprios – subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis líquidos de impostos diferidos que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a Empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é amortizações e depreciações e/ou (ii) compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

A 31 de dezembro de 2017 a rubrica de subsídios ao investimento apresentava o montante de 62.432 Euros.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

11 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa constituiu uma provisão para fazer face aos gastos a incorrer na reposição dos locais utilizados pela empresa, nas condições iniciais de utilização.

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - valor reconhecido	19.476	-	19.476
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - atualização financeira	5.248	418	5.666
	<u>24.723</u>	<u>418</u>	<u>25.142</u>

	2016		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - valor reconhecido	19.476	-	19.476
Gastos com o desmantelamento de equipamento básico - atualização financeira	4.524	724	5.248
	<u>23.999</u>	<u>724</u>	<u>24.723</u>

Relativamente aos gastos relacionados com o desmantelamento dos equipamentos dos parques eólicos, registados em equipamento básico, a Empresa reconheceu no exercício, gastos de atualização financeira no montante de 418 Euros.

12 PASSIVOS FINANCEIROS**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	5.432	7.361
Fornecedores, faturas em receção e conferência	964	-
	<u>6.396</u>	<u>7.361</u>

13 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Credores por acréscimos de custo:		
Trabalhos especializados grupo (Nota 21)	887	-
Credores diversos		
Outros credores partes relacionadas (Nota 21)	14.046	14.282
Outros credores diversos - corrente	2.988	3.303
Outros credores diversos - não corrente	24.064	29.598
	<u>41.985</u>	<u>47.183</u>

De acordo com o entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, relativamente à contabilização dos subsídios ao investimento (Nota 7), não há lugar ao reconhecimento do imposto diferido passivo associado aos ativos fixos tangíveis depreciables. No entanto, dado que o subsídio é tributável, deve ser reconhecido em Capitais Próprios pelo seu valor líquido de imposto. Para este efeito, foi efetuado o reconhecimento em passivo não corrente – outros credores diversos, o valor de 18.125 Euros.

A rubrica “Outros credores diversos”, dividida entre corrente e não corrente, refere-se à contrapartida do reconhecimento do ativo intangível associado ao DL 35/2013, de 28 de fevereiro (notas 3.3 e 6), com a correspondente atualização financeira.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.014	-	2.084
Impostos Municipal sobre imóveis	-	300	-	300
	-	<u>1.314</u>	-	<u>2.384</u>

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Vendas de Eletricidade	137.353	137.736
	<u>137.353</u>	<u>137.736</u>

Os rendimentos relacionados com a atividade operacional da Empresa são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento. A faturação relativa à venda de energia eólica é efetuada mensalmente e é faturada pelo próprio cliente, a EDP – Serviço Universal, S.A., após aprovação do departamento de Regulação e Gestão de Energia. As centrais eólicas do Grupo aderiram à Autofaturação Eletrónica no final de 2017, conforme o previsto na lei, e com impacto já na faturação do mês de Dezembro deste exercício.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Fees de gestão - grupo (Nota 21)	6.868	6.887
Assessoria financeira	-	2.020
Assessoria fiscal	2.025	-
Auditoria financeira	2.500	-
Manutenção integral	19.178	18.727
Rendas de terrenos e edifícios	2.205	2.193
Seguros	1.032	1.025
Outros FSE	3.965	2.969
	<u>37.773</u>	<u>33.821</u>

17 DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	39.545	39.545
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis	6.541	6.541
	<u>46.086</u>	<u>46.086</u>

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Outros rendimentos		
Imputação de subsídios para investimento	13.597	13.597
Excesso da estimativa para impostos	-	328
	<u>13.597</u>	<u>13.924</u>

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Outros gastos		
Matérias ambientais (Nota 11)	418	724
Impostos	402	3 908
Taxas	280	-
Benefício ao município	3 434	3 443
Outras penalidades	-	173
	<u>4 534</u>	<u>8 248</u>

Nos termos do n.º 33 do anexo II do Decreto-Lei 189/88, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 339-C/2001, as empresas que exploram centrais eólicas, devem aos municípios, em cuja área estejam implantadas, uma renda correspondente a 2,5% da energia elétrica produzida.

20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamentos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros suportados		
Outros encargos financeiros	436	460
	<u>436</u>	<u>460</u>

A rubrica de Outros Encargos Financeiros inclui o valor de 173 Euros referente à atualização financeira do montante inicialmente reconhecido no âmbito do DL 35/2013.

21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017	
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos
New Finerge, S.A.	6 868	-
Município de Montalegre	-	3 434
	<u>6 868</u>	<u>3 434</u>

	2016	
	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos
Finerge, S.A.	6 887	-
Município de Montalegre	-	3 443
	<u>6 887</u>	<u>3 443</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

	2017	
	Fornecedores	Outras Dívidas a Pagar
New Finerge, S.A.	-	(14 933)
Município de Montalegre	(958)	-
	(958)	(14 933)

	2016	
	Fornecedores	Outras Dívidas a Pagar
Finerge, S.A.	(562)	(14 282)
Município de Montalegre	(746)	-
	(1 308)	(14 282)

A rubrica "Outras dívidas a pagar" com a New Finerge, S.A., no montante de 14.933 Euros está relacionado com o imposto a pagar no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades no valor de 14.046 Euros e com a estimativa do fee de gestão de dezembro no valor de 887 Euros.

22 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 2004 foi atribuído à Empresa um incentivo financeiro não reembolsável no montante de 264.000 Euros, no âmbito do Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, regulamentado pela Portaria n.º 383/2002 de 10 de abril. Este subsídio ao investimento encontra-se registado no Capital Próprio, líquido de impacto fiscal, sendo reconhecido na demonstração de resultados como proveito, durante a vida útil dos ativos subsidiados.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do subsídio ao investimento registado no Capital Próprio ascende a 62.432 Euros.

23 RISCOS

Princípios gerais

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

(i) Risco de mercado

- Risco de taxa de juro
- Risco regulatório
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço (ex.: de mercadorias ou ações)

(ii) Risco de crédito

(iii) Risco de liquidez

A gestão de riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pelos órgãos de gestão de acordo com as orientações da Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

O Conselho de Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco da taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados e o investimento de excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas definidas pelo Conselho de Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu Balanço, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, a Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro	dez/17	dez/16
Euribor 12M	-0,19%	-0,08%
Euribor 6M	-0,27%	-0,22%
Euribor 3M	-0,33%	-0,32%
Euribor 1M	-0,37%	-0,37%

(Fonte: EMMI - European Money Markets Institute)

Risco regulatório

O risco regulatório é o risco que resulta de alterações legais por parte do regulador no setor eólico.

EMPRENDIMENTO EÓLICO DE VIADE, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Atualmente, a empresa beneficia de um regime remuneratório que regula a venda de energia à rede pública e que se encontra previsto nos Decretos-Lei nº 189/88 (na redação aplicável antes da data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 33-A/2005) e nº 339-C/2001, sendo tal regime remuneratório usualmente designado por tarifa garantida. Pelo Decreto-Lei nº 33-A/2005 (artigo 4º, nº 3, alínea c)) é definido o prazo de vigência dessa tarifa garantida por 15 anos a contar da data da respetiva licença de exploração e, em final de 2014, após publicação do Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de fevereiro, a empresa aderiu ao regime de extensão de tarifa por 7 anos. Pelo atrás exposto, não se prevê qualquer impacto negativo sobre a atividade da empresa.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeito a risco no crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade operacional – clientes e outras contas a receber;
- Atividades de financiamento – depósitos em bancos e instituições financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela Empresa para cada unidade operacional;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados.

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada da seguinte forma:

- Pela direção financeira da Empresa de acordo com as políticas da Empresa;
- Os investimentos de fundos superavitários em relação às necessidades são efetuados apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites aprovados para cada uma;
- Os limites são estabelecidos para minimizar a concentração de risco e dessa forma mitigar perdas financeiras resultantes de potenciais falhas de cumprimento pelas contrapartes;
- Os limites para cada contraparte são revistos periodicamente pelo Grupo e, quando necessário, são atualizados com o acordo da Administração.

24 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 13 de março de 2018 pela Administração, não tendo existido qualquer acontecimento que as afete até à data, nem existem a possibilidade de se alterarem as demonstrações financeiras após a mesma.

27/28

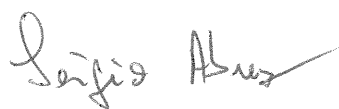
25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários registados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.500 Euros, sendo detalhados conforme se segue:

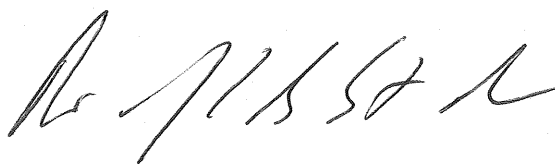
Tipo de serviços	2017
Revisão legal das contas anuais	2.500
	2.500

Contabilista Certificado



Sérgio Abreu n.º 64.683

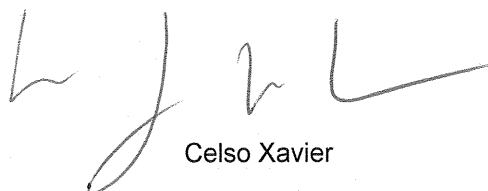
A Administração



Francisco Tunico



Rui Neves



Celso Xavier